



Comissão das UN para o Desenvolvimento Social

Em fevereiro de 2026, reuniu-se em Nova Iorque a **Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social**, composta por representantes dos 46 países que a integram e encarregada de acompanhar esta vertente do **trabalho de desenvolvimento da UN**. Eleita pelo ECOSOC para mandatos de 4 anos e abrangendo todas as regiões do mundo, a Comissão centra-se na melhoria do bem-estar humano, da equidade social e da inclusão, e aborda questões relacionadas com a erradicação da **pobreza, o emprego produtivo e a inclusão social**. Ao longo de um período de 10 dias, debateram o tema prioritário de 2026: **Promover o Desenvolvimento Social e a Justiça Social através de Políticas Coordenadas, Equitativas e Inclusivas**. Nesta edição das Notícias da ONU, partilhamos alguns «ecos» dos principais eventos a que assistimos durante a Comissão.

Proteção social

A **proteção social ou segurança social** é considerada pela ONU como um direito humano universal. Consiste em políticas e programas concebidos para reduzir ou prevenir a pobreza, a vulnerabilidade e a exclusão social ao longo da vida de uma pessoa. Estas medidas garantem o acesso a serviços essenciais e segurança de rendimento para cobrir riscos associados a choques em momentos críticos, desde a infância até à velhice. Incluem medidas como subsídios de desemprego, seguro de saúde, subsídios por incapacidade e prestações de pensão.

➔ Veja [o vídeo](#).



Designed by
Kreativkolors / Freepik

Lacunas na proteção social

- **Apenas 52,4% da população mundial** está abrangida por, pelo menos, um benefício de proteção social, mas **47,6%** da população global está totalmente desprotegida
- **Países de rendimento elevado** oferecem uma ampla cobertura (**85,9%**), mas apenas **9,7%** das pessoas nos **países de baixo rendimento** têm acesso a ela.
- **Aproximadamente 7 em cada 10 crianças** no mundo carecem de cobertura de proteção social. Os países de baixo rendimento aumentaram a cobertura de **4,5%** em 2015 para **8,7%** em 2023.
- **2 mil milhões de mulheres e meninas** carecem de qualquer acesso à proteção social.

Combater a Situação de Sem-Abrigo através de uma Proteção Social Inclusiva *

A 12 de fevereiro, a Missão Permanente da Irlanda junto da ONU, em conjunto com a **International Presentation Association** e o **Grupo de Trabalho de ONG para Acabar com a Situação dos Sem-Abrigo**, organizou um evento paralelo virtual na **CSocD64**, intitulado *Defender a Dignidade Humana: Combater a Situação de Sem-Abrigo através de uma Proteção Social Inclusiva*. Foi recordado aos participantes que todos os Estados-Membros renovaram os seus compromissos com a **Declaração de Copenhaga** e a **Declaração Política de Doha**, incluindo o fim da situação de sem-abrigo. Todos os oradores concordaram que o reconhecimento da dignidade, do valor e da importância inerentes a cada ser humano é fundamental para estes acordos e constitui a base da justiça e da paz. ➔ [Leia mais](#)



Image by Abollo22 from Pixabay

De acordo com a ONU, mais de **2,8 mil milhões de pessoas** carecem de habitação adequada e mais de **318 milhões de pessoas** em todo o mundo vivem **totalmente sem-abrigo**. No entanto, a situação dos sem-abrigo não pode ser abordada isoladamente. Está interligada com outras questões, tais como a pobreza, a desigualdade de rendimentos, a desigualdade de género, o trabalho digno, a migração e as alterações climáticas. Contudo, como afirmou uma pessoa que já passou pela experiência de ser um sem-abrigo, a solução deve começar sempre por **«habitação em primeiro lugar»**. Assim que uma pessoa tenha habitação, outras questões podem ser abordadas. As atitudes devem mudar de **«gerir»** a situação dos sem-abrigo **para a prevenir**, e não ver a provisão de habitação como um fardo económico, mas sim como um investimento tanto para os indivíduos

como para a sociedade. A habitação deve ser vista como um direito humano básico.

Proteção Social, Cuidados e Educação na Primeira Infância *

A **Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)** afirma o direito das crianças à vida, ao pleno desenvolvimento e a prosperar. Durante um evento paralelo à **CSocD 64** formado por várias organizações, incluindo a **Organização Mundial para a Educação na Primeira Infância (OMEP)** e o **Comité de ONG sobre Migração**, vários oradores debateram como a proteção social integrada e os cuidados e educação na primeira infância (ECCE) podem salvaguardar os direitos das crianças, reduzir as desigualdades e fortalecer as famílias desde o nascimento. Num contexto de aumento das deslocações e de outras crises globais, investir em políticas universais e centradas na família nunca foi tão crucial para a construção de sociedades resilientes, pacíficas e coesas.

De acordo com a OMEP, **as crianças com menos de 18 anos representam 30%** da população mundial e são afetadas de forma desproporcional por crises que se sobrepõem, incluindo as alterações climáticas, as deslocamentos forçados, a pobreza, os conflitos, o tráfico de pessoas e as emergências sanitárias. A Dra. Catherine Brick, professora de Antropologia, Saúde e Assuntos Globais em Yale, afirmou que as experiências precoces das crianças, incluindo o stress tóxico, ficam gravadas nos seus genomas e persistem ao longo das gerações. Respostas fragmentadas ao stress crónico e à adversidade prolongada não ajudam. São necessárias ações e políticas holísticas que promovam a fiabilidade, a integração e o foco nos sistemas familiares.



Designed by Freepik

Dois exemplos de soluções sistémicas que poderiam ajudar incluem um subsídio monetário universal para crianças e uma abordagem de quadro intercultural à ECCE. Um subsídio monetário universal para crianças que combateria a pobreza, promoveria o desenvolvimento socioeconómico e salvaria vidas. Antes de abril de 2025, 58 países dispunham de alguma forma deste benefício. Reconhecendo a migração forçada como uma questão global, uma abordagem intercultural à ECCE poderia ajudar a contrariar o quadro monolíngue, eurocêntrico e colonialista do Norte global que perpetua a marginalização e a exclusão. Como os educadores são frequentemente alguns dos primeiros a atender crianças de imigrantes, há necessidade de abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis.

➔ [Leia mais.....](#)

Fórum da Sociedade Civil *

O Fórum da Sociedade Civil foi um dos pontos altos da **Comissão para o Desenvolvimento Social (CSocD64)** anual na ONU este ano. Logo após a conclusão da **Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Doha, no Catar**, em novembro, os representantes reafirmaram os compromissos dos

Estados-Membros de erradicar a pobreza, expandir as proteções sociais universais, promover o trabalho digno e a inclusão e fortalecer a ligação entre justiça social, paz e desenvolvimento sustentável. Os oradores que abordaram **diferentes ODS** concordaram que chegou a hora de agir em relação a estes compromissos.

Embora se tenham registado progressos em relação a alguns objetivos, o avanço em relação a outros está a ficar para trás. As barreiras incluem o envelhecimento da população, as mudanças tecnológicas, o impacto climático, o peso da dívida, bem como a guerra e os conflitos. É evidente que abordagens fragmentadas a questões individuais não funcionam. É necessária vontade política para que os governos trabalhem em conjunto com a sociedade civil, as comunidades e as empresas para implementar mudanças sistémicas. Por exemplo, **a África do Sul incorporou a proteção social universal** na sua Constituição. Além disso, é necessária uma mudança de narrativa. As soluções devem ser centradas nas pessoas. O desenvolvimento social é um investimento, não um custo. Os sistemas de proteção social e de cuidados mantêm a sociedade unida. A sociedade civil sente a tensão entre as «palavras» e a realidade vivida. A menos de quatro anos da data-limite de 2030 para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, a inclusão deve tornar-se rotina – e não a exceção.

➔ [Leia mais](#)



Crédito: RSCM

Stefano Guerra, Primeiro Conselheiro da Missão de Portugal junto das Nações Unidas, foi eleito Presidente da próxima 65.ª sessão da Comissão..



Crédito: RSCM

As Lições do Silêncio: Entre o Medo e a Esperança

Este ano, o **Colégio do Sagrado Coração de Maria, de Fátima**, comemorou o **Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto** de forma significativa.

Como escola que prioriza a educação holística dos seus alunos, realizou um projeto especial destinado a aprender as **lições do silêncio**. A contribuição de especialistas aumentou a compreensão dos alunos sobre o Holocausto e um projeto de exposição feito pelos alunos do 9.º ano, em memória das vítimas do Holocausto e com detalhes concretos das suas vidas, ajudou a interiorizar as lições. A publicação nas redes sociais referia:



«Há silêncios que nos desarmam. Entre o medo e a esperança, escolhemos ser a voz que se ergue contra a discriminação. Somos movidos pela convicção de que podemos ser de múltiplas cores, múltiplas religiões, mas uma única humanidade. Aprendemos que o mundo que queremos construir está nas nossas mãos. Todos nós somos desafiados a ser semeadores de paz e a não olhar para os outros com indiferença. Porque todas as vidas importam! Porque, com as lições do silêncio, aprendemos que o mundo que queremos construir está nas nossas mãos. Rezámos com confiança para que o futuro que agora construímos seja melhor».

➔ [Leia mais....](#)

Um agradecimento especial a **Catherine Wilkins, Animadora de JPIC da EAA**, que participou em vários eventos da **CSocD** e contribuiu com três artigos * para esta edição do «**Boletim da ONU**».

Distribuição

Conselho de Liderança do Instituto; Líderes de Área; Animadoras JPIC; Rede Internacional de Escolas RSCM; Grupo de Interessadas no Boletim **Tradução – Ir. Maria Luisa Pinho RSCM**